

MANUELA RIBEIRO

Departamento de Economia e Sociologia
da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica:

Reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno

125

As histórias de vida constituem um procedimento de pesquisa e análise sociológicas que, suscitando embora, e entre outras, reservas epistemológicas pertinentes, comporta também potencialidades consideráveis, sobretudo no plano da produção de informação, quer esta se destine a servir objectivos de investigação informados por orientações teóricas de tipo predominantemente hermenêutico — dirigidos, portanto, à identificação dos significados —, quer ela seja de tipo

etnossociológico — dirigida à identificação e à elucidação dos referentes, isto é, das relações, das regras, dos processos que estruturam e subjazem à vida social.

É, sobretudo, destas potencialidades que procuraremos dar conta neste artigo, tomando como referência mais imediata uma experiência concreta de utilização de histórias de vida num contexto de pesquisa de terreno, levada a cabo na região do Barroso (Trás-os-Montes).

O conteúdo e a natureza das reflexões que procuraremos desenvolver neste texto decorrem grandemente da realização de um projecto de investigação sobre «Estratégias de Reprodução Sócio-Económica das Unidades Familiares Camponesas em Regiões de Montanha (1950-1990)».

Os objectivos que fixámos e o conjunto de hipóteses de que partimos apontavam para a necessidade de recolha, ao nível das unidades familiares e dos contextos envolventes, de informação de natureza muito variada, tanto de tipo quantitativo, como, sobretudo, de tipo qualitativo. E dizemos sobretudo de tipo qualitativo, por duas ordens de razões:

— em primeiro lugar, porque, para além de outros aspectos, nos interessava captar e documentar interacções e relações sociais;

— em segundo lugar, porque, no referido estudo, reclamávamos a importância e a necessidade de se considerar a perspectiva dos sujeitos, isto é, de se integrarem na análise as explicações que as pessoas dão para os seus actos e comportamentos e a forma como elas apresentam e raciona-

Introdução

lizam os processos em que participam (Radcliffe, 1986: 30; Wolf, 1990: 46).

A aproximação ao conhecimento das estratégias de reprodução sócio-económica das unidades familiares camponesas passa, efectivamente, não apenas pelo (re)conhecimento das suas condições materiais de existência, das actividades em que participam e que desenvolvem, mas também pelo *modo como os próprios participantes dão sentido e valor às suas actividades* (O'Hara, 1987: 192); não apenas pela identificação dos seus comportamentos e procedimentos mais directamente visíveis, mas também pela compreensão da sua génese, da lógica que os sustenta, os (re)liga e lhes dá coerência. E isso obriga, naturalmente, a dar aos sujeitos um espaço, um espaço amplo, na construção das interpretações e das explicações.

De ressaltar, todavia, que este interesse pelos sujeitos leva implícito o princípio de assumi-los na perspectiva de «membro[s] de toda uma cultura, ligado[s] a uma determinada comunidade e integrado[s] num determinado sistema de vida» (Ferrarotti, 1985: 104). E isto porque, como o autor que vimos citando defende, à Sociologia não interessa o que *A ou B possam sentir como indivíduos no decurso accidental das suas experiências pessoais*, mas sim aquilo que as pessoas *sentem e pensam como membros de uma dada comunidade*.

É evidente que uma abordagem deste tipo comporta riscos a que importa estar atento, riscos que se prendem sobretudo com a produção dos enunciados discursivos, nomeadamente a eventualidade de descoincidências entre *comportamentos* e *discursos* (Esteves, 1990: 118). Deve, todavia, ressaltar-se que, num estudo como o nosso, que vai também, em parte, dirigido à percepção que os sujeitos têm das suas próprias situações, os conteúdos narrativos são considerados na dupla perspectiva de *matéria em si* e de *matéria sobre*, o que, de certa forma, permite *descontar* alguns dos desacertos entre o que é (foi) dito e o que é (foi) feito.

Para além disso, há-de também ter-se em conta que um trabalho de investigação directa e maioritariamente desenvolvido e vivido no terreno deixa uma grande margem de manobra para, (quase) sistematicamente, se poder conferir e confrontar as origens e a natureza da informação que vai sendo produzida, tornando, assim, visíveis muitos dos eventuais hiatos entre discurso e acção e dando, por consequência, oportunidade à clarificação da sua ocorrência. Deve ainda acrescentar-se que, com o desenrolar do trabalho de campo,

o investigador vai também progressivamente acedendo à distinção entre *norma* e *realidade*, quer no que diz respeito à comunidade, quer no que respeita a si mesmo, aos seus próprios preconceitos, estereótipos e valores.

As preocupações com os pontos de vista dos sujeitos implicam uma abordagem que combine uma implantação no terreno suficientemente prolongada e vivida com o conhecimento minimamente preciso e articulado dos múltiplos contextos em que se inscrevem as *histórias* individuais e familiares. O requisito de profundidade que uma proposta de estudo como esta comporta, impõe, naturalmente, limites e restrições à extensão da área de recolha de informação primária. Centrámos, por isso, o nosso trabalho de campo numa aldeia (sede de freguesia) do Barroso, cujo nome optámos por omitir no presente texto¹. Tal opção tem a ver com o direito das famílias e dos indivíduos à salvaguarda e ao respeito da sua intimidade e da sua vida privada, direito que a utilização abundante que acabámos fazendo de extractos de discursos directos, poderia, de algum modo, pôr em causa.

A recolha directa de informação processou-se, tal como fica implícito nos parágrafos anteriores, fundamentalmente através da pesquisa de terreno, levada a cabo durante um ano (Outubro de 1989 a Novembro de 1990).

Como A. Costa (1986: 129) afirma, a pesquisa de terreno não é uma técnica isolada mas um método que *supõe, genericamente*, uma «*presença prolongada*» do investigador nos contextos sociais em estudo e o «*contacto directo*» com as pessoas e as situações.

Mas, como o mesmo autor claramente salienta, a pesquisa de terreno não é também uma *fase* estanque e particular do processo de investigação, não se esgotando, ou sequer se restringindo, à mera recolha de informação empírica. Muito mais do que isto, este método «*implica* que, à medida que a recolha de informação se vai processando, através do desencadeamento integrado das acções de pesquisa, o investigador esteja permanentemente a proceder a uma classificação e a uma interpretação dos dados» (Costa, 1986: 144).

A pesquisa de terreno

¹ Queremos, no entanto, deixar bem claro que a identificação da referida aldeia é do domínio de várias instituições e pessoas singulares a quem, por razões diversas, fomos dando conhecimento da realização do trabalho e será fornecida a quem se proponha testar ou esclarecer qualquer questão contida ou abordada no relatório final apresentado.

Apelando permanentemente aos conteúdos teóricos que informam a pesquisa, este estudo, esta reflexão sistemática sobre os dados, visando dar-lhes inteligibilidade, *pô-los a falar*², é uma componente intrínseca da pesquisa de terreno, parte integrante do processo da sua concretização, ao qual corresponde, assim, «uma parcial sobreposição da recolha, registo e análise do material empírico» (Costa, 1986: 144).

No estritamente referente à recolha de dados, a pesquisa de terreno opera, basicamente, através de dois meios, a inquirição e a observação, sendo que, na prática, um e outro acabam, largamente, por ser accionados em simultâneo.

Dentre os variados procedimentos, baseados na inquirição e na observação, que utilizámos para apuramento de informação no terreno, queremos destacar, em particular, a *observação-participante*, as *histórias de vida*, o *questionário estruturado* e os *orçamentos-tempo*, por ter sido através deles que se logrou obter alguma da mais fecunda e sistematizada informação sobre as temáticas que integram o objecto de estudo acima enunciado.

Aqui, no entanto, focaremos apenas as *histórias de vida* por serem, relativamente aos demais, um procedimento a que a investigação sociológica, mormente a que se tem feito em Portugal, recorre com menos frequência. Para além de considerações teóricas sobre as virtualidades desta técnica e, mais propriamente, sobre o que tomamos como as suas dimensões mais imediatamente relevantes no plano da sua aplicação prática, faremos também alusão a aspectos decorrentes da sua utilização no âmbito específico do nosso trabalho de campo.

As histórias de vida como procedimento de pesquisa empírica

Conceptualmente, *histórias de vida* podem referenciar quer um produto, quer o processo ou meios para o obter. Recobrem, por um lado, todo um conjunto de procedimentos, formalmente diversos, para a recolha de informação social, cuja especificidade reside na orientação biográfica que subjaz ao seu modo de operar e, por outro, o produto final obtido, por regra «[...] um registo extenso da vida de uma pessoa» (Langness, 1965: 4).

Das diferentes modalidades processuais de produção de informação através das histórias de vida, seleccionámos para

² «Não há 'dados' não interpretados; não há nada que nos seja simplesmente dado sem ser interpretado [...]. 'Todo' o nosso conhecimento é interpretação à luz das nossas expectativas, das nossas teorias» (Popper, 1987: 124).

abordar aqui aquela que alguns autores designam como *relato de vida*, ou seja, «história de uma vida tal como a pessoa que a viveu a conta» (Bertaux, 1980: 200), sendo a sua narração feita, directamente, ao investigador³.

A aplicação da abordagem biográfica à captação de informação, em investigação sociológica, remonta ao trabalho pioneiro de Thomas e Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (1918-20), que constitui, hoje, uma referência clássica nesta matéria.

Sem perder de vista o princípio de que a selecção das técnicas a usar em cada investigação concreta há-de fazer-se em função «do objecto a construir e das hipóteses teóricas que comandam a pesquisa» (Almeida e Pinto, 1980: 79), diremos que, na investigação sociológica, a utilização das histórias de vida apresenta algumas virtualidades, que, genericamente, remetem para aspectos como os seguintes:

- no caso de áreas temáticas ainda pouco estudadas/exploradas, em que a informação escrita é escassa e em que a perspectiva histórico-longitudinal é condição necessária de inteligibilidade dos factos, problemas e processos em apreço, as histórias de vida, pela retrospecção a que obrigam, permitem obter elementos fundamentais à identificação e reconstituição de percursos (individuais, familiares, sociais), de outra forma inacessíveis;

- em sociedades e grupos rudimentarmente alfabetizados, como é ainda o caso de muitas comunidades rurais e, dentro destas, de grupos particulares, em que, por regra, se incluem os mais pobres, os mais velhos e as mulheres, a oralidade detém ainda o primado na produção e circulação de informação e a memória, individual e colectiva, é o seu principal arquivo. Em situações destas, caracterizadas pela ausência ou escassez de documentos, «as tradições orais poderão, pois, ser os seus substitutos» (Tonkin, 86: 205);

- ilustrativas também, embora a outro nível, do argumento da potencial eficácia das histórias de vida, quando aplicadas à investigação sociológica, são a quantidade e a diversidade de informação que são capazes de gerar, dada a multiplicidade de histórias (familiares, locais, colectivas) que, em cada uma, se entrecruza e de que cada uma se tece, por outras palavras, dado o facto de numa só vida se encontram muitos e variados agentes;

³ A autobiografia escrita é a forma de recolha de narração que muitos consideram como a forma óptima de relato de vida (Bertaux, 1980: 208).

— finalmente, há também que referir a importância das histórias de vida como potenciais instrumentos de auto-elucidação e/ou tomada de consciência dos seus protagonistas narradores (Ferrarotti, 1987: 12), uma vertente que parece servir, de forma particular, os objectivos da investigação-acção. É que (re)construir, (re)constituir experiências passadas é também a possibilidade e a oportunidade de auto-reflectir sobre o seu conteúdo, descobrir-lhe dimensões (de causalidade, de incidência...) até aí ocultas por força, entre outros, de operadores simbólico-ideológicos. Como diz D. Bertaux (1980: 210), «o sujeito não se limita a relatar a sua vida, à medida que a conta, ele vai reflectindo sobre ela», o que proporciona ao narrador ocasião para, de forma minimamente sistemática, se confrontar com o seu *vivido*, com a *vida que viveu* e sobre a qual o exercício duma apreciação crítica global, em geral, se perde na atomização e pressão das solicitações quotidianas.

**O quadro
prático-
operacional de
recolha/
(re)construção
das histórias
de vida**

Na sua essência, a captação de informação, através das histórias de vida procede, basicamente, pela realização de *entrevistas retrospectivas aprofundadas* (Thompson, 1980: 249), nas quais o sujeito-fonte de informação vai, livremente, (re)fazendo a memória das suas vivências/experiências, funcionando as expectativas e os objectivos da pesquisa como fio condutor e instrumento de sistematização da narrativa. Esta constitui o chamado material biográfico primário, o qual pode ser, e quase sempre é, complementado, ilustrado, apoiado por material biográfico dito secundário — cartas, fotos, diários, etc.

A realização destas entrevistas pressupõe, todavia, o reconhecimento ao narrador de um estatuto que largamente ultrapassa o de mero informante, antes, ao contrário, lhe confere uma ampla *responsabilidade* e autonomia, no que respeita aos desenvolvimentos processuais que concretizem a recolha das histórias de vida, cabendo ao entrevistador a *habilidade* de segui-lo, ajustando e flexibilizando as suas intervenções à dinâmica e às referências do sujeito-narrador:

[...] o próprio quadro geral no seio do qual as informações são recolhidas não é determinado pelo investigador mas pelo/a informante, mais exactamente, pela forma como ele/ela vê a sua própria vida. É a inquirição do investigador que deve ajustar-se a este quadro e não o contrário. (Thompson, 1980: 255).

O que fica dito impõe ao investigador exigências de perspicácia, de tacto e de atenção permanente que lhe permitam lidar com o inesperado, improvisar perguntas lógicas e oportunas, explorar vertentes novas, isto é, não previstas mas *denunciadas pelo discurso*.

Neste sentido, podemos dizer que o papel do investigador comporta a combinação de uma escuta atenta, exploração e inquirição (Thompson, 1980: 255; Bertaux, 1980: 209). O protagonismo central que o sujeito/narrador detém nestas entrevistas remete, implicitamente, o entrevistador a uma função predominante de ouvinte. Não se confunde, porém, esta situação com passividade, já que a escuta atenta é condição necessária para, entre outros aspectos, identificar e clarificar incongruências discursivas, contradições entre os conteúdos da narração e os provenientes de outras fontes informativas, e estruturar e orientar a inquirição. Esta, por sua vez, há-de motivar e apoiar o narrador⁴ e, mais concretamente, procurar *ganhar* o discurso para as áreas/segmentos de biografia com relação mais directa ao objecto sociológico a construir.

Por aqui se infere como necessariamente activa a participação, a partilha do investigador na recolha das histórias de vida, na sua (re)construção, o que permite afirmar que os dados obtidos são sempre «um produto conjunto do entrevistador e do sujeito, i.e., da interacção entre eles (Helling, 1987: 74). Esta interacção primária e profunda entre os dois intervenientes em presença na situação de diálogo/entrevista é, aliás, requisito fundamental da eficácia das histórias de vida, enquanto procedimento metodológico. Por isso, o uso destas está limitado às situações em que o investigador já foi capaz de ganhar a confiança das pessoas, a ponto de estas se disporem a franquear-lhe o acesso a memórias privadas, a espaços secretos e particulares da sua vida, aceitando, inclusive, o seu manuseio, em função de objectivos, que, em muitos casos, lhes escapam (Langness, 1965: 35). Nestes termos, a existência de um «contrato de confiança mútua» (Pollack, 1986: 31) faz parte integrante da recolha de histórias de vida.

⁴ As perguntas são, no dizer de L. Langness (1965: 41), «uma verdadeira necessidade relativamente a informantes para os quais a introspecção é difícil».

Principais dimensões subjacentes às histórias de vida

A identificação das principais dimensões que confluem nas histórias de vida, das formas concretas que lhes dão expressão, das reservas epistemológicas que suscitam, é um exercício prévio indispensável à utilização deste método de recolha de informação e, sobretudo, ao uso dos *dados* assim produzidos.

A dimensão subjectiva

«A construção de uma história de vida é sempre, inevitavelmente, uma (re)construção (Ferrarotti, 1987: 14), uma reconstrução apoiada na memória (de factos, de acontecimentos, de comportamentos, de experiências) do passado e largamente feita da sua representação, percepção e interpretação (Ziolkowski e Wlodarek, 1987: 35). Significa isto que as biografias (e as autobiografias) são fundamentalmente *memórias* (Boas, *apud* Langness, 1965: 50), nas quais e de forma selectiva o passado é *chamado* ao presente, num processo que claramente se orienta mais para a (re)construção do *sentido* do que para a recapitulação *factual* desse passado.

De facto, toda a (re)construção do *vivido passado* parece ter subjacente a necessidade de lhe conferir sentido⁵, de produzir uma lógica interna para os itinerários percorridos, por forma a torná-los coerentes com o presente, preocupações que se concretizam e manifestam num subtil jogo de inclusão/omissão de dados e referências no conteúdo discursivo, que é, afinal, a inequívoca demonstração do efectivo protagonismo dos indivíduos na elaboração da história da sua própria vida. Esta é sempre o resultado das decisões dos sujeitos quanto àquilo que, na sua experiência passada, consideram importante e significativo.

A selecção assim operada pelos sujeitos sobre a totalidade das suas vivências, os sentimentos que a respeito delas exprimem e experimentam, as significações que lhes atribuem, as reflexões que lhes suscitam, são sempre referenciadas ao presente, ou seja, ao contexto contemporâneo, aos lugares e às funções que nele ocupam e aos interesses que aí detêm os seus protagonistas (Stubbs, 1984: 36; Devreux, 1986: 76; Ferrarotti, 1987: 14). Daí o pendor apologético que, com muita frequência, as histórias de vida tendem a exhibir, o qual se traduz pela não inclusão nas mesmas de actos socialmente condenáveis, o que levou até alguns autores a

⁵ «O filtro selectivo da memória tende sempre mais a funcionar de modo fundamentalmente *autolegitimador*» (Caccamo, 1987: 91). Ver também, a este propósito, D. Bertaux (1980: 213); J. Stubbs (1984: 36); R. Cipriani (1987: 42).

referirem-se à «amnistia fácil que, nos relatos de vida, as pessoas concedem a si próprias» (Peneff, 1988: 9).

A (re)construção das histórias de vida corresponde, assim, em larga medida, a processos de (re)construção e de *atualização* de identidade pessoal, ou, como Bertaux (1987: 48) lhe chama, *gestão da identidade*. Através delas, o investigador pode aceder ao ponto de vista do sujeito/actor, a «compreender as práticas a partir de dentro» (Godard, 1987: 10), a captar e explorar o «vívido subjectivo» (Bertaux, 1980: 198), a conhecer e a compreender o sentido que os indivíduos dão às suas acções e às dos que se situam no mesmo campo de interacção e historicidade.

Ouvir e acompanhar os sujeitos/narradores das histórias de vida representa, pois, uma possibilidade de *descobrir* as práticas sociais a partir das lógicas que as sustentam, das significações que lhes subjazem, descobrir a sociedade e a cultura, *a partir de dentro*, isto é, da forma, como os indivíduos, na sua vida quotidiana, delas se apropriam, as assumem e (re)criam (Mandelbaum, 1973: 177; Phillips, 1973: 201).

Fundamental à compreensão do processo de produção das histórias de vida e à sua utilização como fonte de informação é a reflexão sobre a dimensão sócio-cultural que elas comportam, a qual, em termos sucintos, pode ser identificada como o conjunto das referências exteriores ao indivíduo, que lhe contextualizam e, largamente, lhe configuram os comportamentos e as vivências (Watson, 1989: 313).

A importância decisiva da dimensão sócio-cultural, isto é, dos contextos em que os sujeitos se inserem, na (re)construção das histórias de vida, evidencia-se em aspectos como os seguintes:

— os factores de natureza social (acesso e controlo de recursos significativos; estatutos/posições sociais diferencialmente atribuídos em função do sexo, idade, religião ou outros; padrões de divisão sexual do trabalho; etc.) são determinantes na formação de estrutura perceptiva dos indivíduos, donde resulta que diferentes pessoas, pertencendo a grupos sociais diferentes, tenham, não apenas histórias diferentes para contar, mas construam também formas diferentes de contá-las, em função de distintas lógicas subjacentes (Stubbs, 1984: 36);

— a memória, principal instrumento da (re)constituição das histórias de vida, constitui, ela própria, uma variável

A dimensão sócio-cultural

social (Stubbs, 1984: 36), ou seja, um produto cultural⁶, objecto, portanto, de considerável variabilidade funcional, no tempo, no espaço, de cultura para cultura;

— o próprio tempo, que é, inevitavelmente, a referência mais imediata e mais determinante de cada vida, por ser nele que ela se vive e porque dele decorrem os mais visíveis determinismos às suas múltiplas (re)configurações, o tempo é, dizíamos, ele próprio objecto de organização social. Revela-se esta componente social do tempo, entre outros aspectos, na delimitação/demarcação, convencionalmente definidas, de segmentos temporais diferenciados da existência individual — a definição social das etapas do chamado ciclo de vida (Balan e Jelin, 1980: 273) —, na *normalização* das idades de vida (Coninck e Godard, 1989: 45), na definição dos respectivos ritmos e cadências⁷, na importância e estatuto atribuídos a cada um deles e, inevitavelmente, na formação da percepção temporal dos sujeitos, integrados em culturas e subculturas específicas⁸;

— finalmente, é o contexto sócio-cultural que, em última instância, baliza os contornos e a textura de cada (história de) vida e, nesta medida, lhe pode esclarecer o sentido e fornecer inteligibilidade, dado que, como E. Tonkin (1986: 211) afirma, «os indivíduos, os agentes sociais... não são seres totalmente livres mas são, em parte, socialmente constituídos, e constituídos diferentemente através de diferentes tipos de processos sociais».

Daqui decorre que o investigador se obrigue, como condição de acompanhamento produtivo e orientação sistemática dos sujeitos/narradores, de realização de interpretações minimamente credíveis e coerentes dos diferentes aspectos do conteúdo narrativo, a estudar e a conhecer os contextos sócio-culturais em que as histórias particulares e individuais se situam e desenvolvem. Por isso Maudelbaum (1973: 205) recomenda que os investigadores-utilizadores das histórias de vida «têm, primeiro, que se informar acerca dos factores culturais e sociais que influenciaram o indivíduo, antes de poderem avaliar, com segurança, como é que ele manipulou esses factores e lhes respondeu de forma criativa».

⁶ Como ilustração deste argumento, tome-se o conceito de *sexed memory*, encontrado em A. Devreux (1987: 76).

⁷ «No ciclo de vida [...] o tempo social desempenha um papel ainda mais perverso e tirânico: é ele que dita até quando podemos ser crianças, quando devemos crescer e casar, ter filhos, trabalhar, passar à condição de reformado, morrer» (Caccamo, 1987: 90).

⁸ «Cada cultura, cada época histórica, tem uma consciência temporal própria» (Crespi, 1987: 84).

É que nenhuma (história de) vida é simplesmente uma trajectória isolada. Ao contrário, sempre se acha inscrita numa matriz, mais ou menos vasta e complexa, de relações sociais, que, em larga medida, a enformam, da qual retira parte considerável da sua própria lógica e que, necessariamente, acaba também por reflectir:

A vida humana [...] não tem apenas uma dimensão temporal, mas tem também um certo «volume», na medida em que ela vai muito para além do corpo e da personalidade do indivíduo, abrangendo todo o conjunto das suas relações com o contexto material, social e cultural. (Dobrowolska e Prawda, 1987: 27).

135

Por isso é que perder de vista ou não estar devidamente atento a esta dimensão das histórias de vida tornará a sua interpretação e utilização um exercício tão absurdo como «tentar equacionar um trajecto no metropolitano sem ter em conta a estrutura da respectiva rede, ou seja, a matriz objectiva das relações entre as diversas estações» (Bourdieu, 1986: 71).

É, aliás, este enraizamento das histórias de vida na experiência social, no quadro contextual envolvente, que *legitima* a sua utilização na análise sociológica, por ser nele e por ele que se faz (pode fazer) a passagem da história individual à história colectiva e, simultaneamente, se torna possível identificar as formas e conteúdos das relações dialécticas entre ambas (Lacoste, 1976: 103; Bertaux, 1980: 217).

À Sociologia, com efeito, as histórias de vida interessam na medida do que cada história particular e individual, obrigatoriamente, contém e revela de um universo social mais vasto, na medida da ilustração que ela fornece acerca de uma formação social concreta, e, ao mesmo tempo, da forma como os indivíduos e os grupos sociais específicos percebem os impactos que lhes resultam dos desenvolvimentos dos contextos em que se situam e lhes respondem:

Os estudos de histórias de vida [...] destacam [...] como é que a pessoa se ajusta à sociedade, e não como a sociedade se ajusta aos itinerários dos indivíduos (Mandelbaum, 1973: 177).

Tendo como quadro de referência os aspectos que, genericamente, explorámos nos pontos anteriores, a recolha de histórias de vida a que procedemos desenvolveu-se segundo um modelo que envolve duas fases distintas:

— *fase extensiva*, na qual se pediu aos sujeitos para, em

Breves notas sobre a recolha de histórias de vida, no âmbito do estudo realizado

traços largos, identificarem e (sempre que possível) localizarem no tempo, os factos, os eventos mais relevantes das respectivas vidas (famílias de origem, percursos académicos, ocupações profissionais, casamento, filhos, emigração, etc.);

— *fase intensiva*, centrada, portanto, sobre um segmento de vida específico (emigração, *moina*⁹, ocupações profissionais, etc.).

A recolha extensiva de material biográfico incidiu sobre os titulares (homens e mulheres) de cada unidade familiar e bem assim sobre os elementos mais idosos (não titulares) nelas presentes. A partir da análise dos dados apurados nesta fase, foram sendo seleccionados para passagem à fase intensiva, isto é, à fase de aprofundamento de determinadas áreas, os indivíduos que mencionaram experiências, vivências (criados/as de servir, ex-*moinantes*, emigrantes e ex-emigrantes, *passadores* de emigrantes clandestinos, antigos cabaneiros/as¹⁰, etc.) potencialmente significativas em função dos temas sobre que estávamos a investigar.

A recolha das histórias de vida processou-se, no geral, de forma bastante dispersa no tempo, tendo em vista, por um lado, não sobrecarregar as pessoas, e, por outro, sedimentar e sistematizar os *pedaços* que iam sendo produzidos. Com efeito, foi sempre nossa preocupação avançar por etapas, cada uma partindo das anteriores e *resolvendo* questões por elas levantadas. Esta dispersão no tempo levou a que a recolha das histórias de vida coincidissem, em grande parte, com outros procedimentos de captação de informação, o que possibilitou uma permanente conjugação, um vaivém sistemático entre os diferentes conteúdos informativos e respectivas proveniências. Os dados resultantes das histórias de vida que recolhemos, serviram, neste trabalho, a triplicidade de funções enunciada por Bertaux (1988: 18), ou seja, a função exploratória, analítica e expressiva.

O cruzamento, a sobreposição das várias histórias de vida, que foram construídas, ao longo do trabalho de campo, levaram ao aparecimento de *regularidades*, demarcadoras de grupos sociais concretos, regularidades que tomámos como o ponto de passagem, o elo de ligação entre os planos individual e social.

⁹ Designação local da prática de mendicidade a que se dedicavam elementos dos agregados familiares mais carenciados.

¹⁰ Designação local do grupo social integrado pelas unidades familiares mais pobres, mais especificamente, as que são destituídas de propriedade da terra.

Espaço charneira de mediação entre estes dois planos, a família detém nas histórias de vida, como, aliás, o nosso estudo amplamente confirma, um lugar marcadamente alargado, o que faz com que toda a história de vida seja sempre, em boa parte, uma história familiar. O grupo familiar, a *casa* de que se faz parte aparecem, destacadamente, como a primeira e mais marcante fonte de identidade pessoal, o que, desde logo, se apreende nas formas de narração. Com efeito, na textualização das histórias, o sujeito singular aparece, com muita frequência, diluído em sujeitos colectivos:

- nós não fomos educados nesses usos...;
- nós herdámos pouco, porque a casa também era pequena;
- passámos muita fome;
- a nossa casa tinha os melhores lameiros; etc.

Esta *colagem* do indivíduo ao seu grupo familiar transparece também, muito nitidamente, no assumir dos patrimónios simbólicos que, juntamente com o património material, vão sendo deixados em herança, de umas gerações para outras. As *proezas*, as aventuras e desventuras de avós, trisavós, de parentes que já nem mesmo se conseguem localizar na respectiva árvore genealógica, são, de facto, abundantemente *recuperadas* no processo de (re)construção das histórias de vida, como que a servir-lhes de âncora, como que a lastrear-lhes o sentido.

O registo das *histórias de vida* que recolhemos foi feito, relativamente à chamada fase extensiva, por escrito (directamente durante a própria narração ou imediatamente a seguir). No que respeita aos conteúdos da fase intensiva, procedeu-se umas vezes por gravação e posterior transcrição, outras por registo escrito¹¹.

Embora obriguem a exigências relativamente complexas, as histórias de vida constituem um procedimento de pesquisa social com um elevado potencial heurístico.

A referida exigência diz respeito, entre outros aspectos, às capacidades técnico-científicas e pessoais dos seus potenciais utilizadores e, bem assim, aos recursos, de tempo principalmente, a que a sua utilização faz apelo.

Considerações finais

¹¹ Apesar da maior eficácia imediata da gravação, como forma de registo da informação, os elevados custos de tempo que a sua transcrição envolve, largamente incompatíveis com a modéstia de meios (humanos e materiais) com que contamos para a realização do trabalho de campo, levaram-nos a restringir o uso do gravador.

A complexidade que envolvem decorre, sobretudo, das questões relacionais que a sua utilização põe em jogo, dos múltiplos problemas epistemológicos que o *discurso sobre si* levanta, da dificuldade de *visualizar* a imbricação dialéctica entre os conteúdos das histórias de vida e o quadro estrutural objectivo das situações históricas em que os mesmos se inscrevem, ou seja, a dificuldade de *dar corpo* e sentido ao movimento de vaivém da história de vida individual ao sistema social e vice-versa.

A sua aplicação à investigação e análise sociológicas, em particular ao estudo da mudança social, comporta, todavia, um apreciável potencial de fecundidade quanto à quantidade e qualidade da informação e dos dados que revela. Resulta esta fecundidade, em grande medida, do facto de cada (história de) vida se achar inscrita e se desenvolver na intercepção de dois tempos, o biográfico, propriamente dito e o tempo histórico, uma intercepção que é sempre mediada por factores do contexto social — classe social, diferença sexual, etc. Esta interacção entre temporalidades de estatuto diferenciado, em que a vivência das experiências individuais se corporiza e ganha forma, justifica, por si mesma, boa parte do interesse metodológico das histórias de vida, aplicadas à pesquisa sociológica, pelos elementos que são capazes de fornecer à elucidação e à compreensão dos vectores de diferenciação quer do impacto, quer da construção de respostas aos grandes e pequenos acontecimentos históricos, por parte dos diferentes agentes/grupos sociais.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J. F.;
Madureira Pinto, J.
Balan, J.; Jelin, E. 1980 *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Presença. [2ª edição].
- Bertaux, D. 1980 «La structure sociale dans la biographie personnelle», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 69, 269-290.
- Bertaux, D. 1980 «L'approche biographique. Sa validité méthodologique, ses potentialités», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 69, 197-226.
- Bertaux, D. 1986 «Eppur si Mouvonol: The Problem of the Expression of the Individual in Social Science Discourse», *Biography and Society Newsletter*, 6, 12-18. 139
- Bertaux, D. 1987 «L'illusion biographique», *Life Stories/Récits de Vie*, 3, 47-50.
- Bertaux, D. 1988 «Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche», *Sociétés — Revue des Sciences Humaines et Sociales*, 18, 18-22.
- Bordieu, P. 1986 «L'illusion biographique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/63, 69-73.
- Caccamo, R. 1987 «La Ri-Appropriazione del Tempo: Un Commento a Franco Ferrarotti», *Biography and Society Newsletter*, 9, 89-93.
- Cipriani, R. 1987 «Studies on Time and Life Histories: The Contribution of Tamara Hareven», *Biography and Society Newsletter*, 9, 35-45.
- Coninck, F.;
Godard, F. 1989 «L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité», *Revue Française de Sociologie*, XXXI, 23-53.
- Costa, A. F. 1986 «A Pesquisa de Terreno em Sociologia», in A. S. Silva; J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 129-148.
- Crespi, P. 1987 «Dimensione Temporale e Approccio Biografico», *Biography and Society Newsletter*, 9, 83-85.
- Devreux, A. M. 1986 «Male and Female Biographies and Sexed Memory», *Biography and Society Newsletter*, 6, 76-78.
- Dobrowolska, D.;
Prawda, M. 1987 «Biographical Studies in Polish Sociology», *Biography and Society Newsletter*, 8, 22-31.
- Esteves, A. J. 1990 «Interacção Social e Discurso nas Técnicas de Investigação Social», *Cadernos de Ciências Sociais*, 8/9, 109-130.
- Ferrarotti, F. 1985 *Sociologia*. Lisboa: Teorema.
- Ferrarotti, F. 1987 «Forms of Autobiography», *Biography and Society Newsletter*, 9, 9-18.
- Ferrarotti, F. 1990 *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Ed. Méridiens Klincksieck.
- Gaulejac, V. 1988 «L'histoire de vie, ou le temps recomposé», *Sociétés — Revue des Sciences Humaines et Sociales*, 18, 5-8.
- Geiger, S. N. G. 1986 «Women's Life Histories: Method and Content», *Signs*, 11, 2, 334-351.

- Godard, F. 1987 «Séminaire *Biographie et Cycle de Vie*», *Biography and Society Newsletter*, 8, 9-12.
- Godard, F. 1990 «Sur le concept de stratégie», in *Stratégies Residentielles. Collection Colloques et Congrès*, Paris: INED [policopiado].
- Helling, I. K. 1987 «On The Bias of Method over Meaning or Interpretation in Biography and Society Investigations», *Biography and Society Newsletter*, 8, 71-78.
- Inheteven, H. 1990 «Biographical Approaches to Research on Rural Women», *Sociologia Ruralis*, XXX, 1, 100-114.
- Jelin, E. 1985 «Reflections from the Southern Cone», *Biography and Society Newsletter*, 5, 44-51.
- Lacoste, C. 1976 «Biographies», in R. Cresswell; M. Godelier (orgs.), *Outils d'enquête et d'analyse anthropologiques*. Paris: F. Maspero, 102-104.
- Langness L. L. 1965 *The Life History in Anthropological Science*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Le Grand, J. L. 1988 «Histoire de vie de groupe. A la recherche d'une *lucidité méthodologique*», *Sociétés — Revue des Sciences Humaines et Sociales*, 18, 3-4.
- Mandelbaum, D. G. 1973 «The Study of Life History: Gandhi», *Current Anthropology*, 14, 3, 177-196.
- O'Hara, P. 1987 «Dentro de la *Caja Negra*: La Necesidad de Examinar la Dinámica Interna de las Explotaciones Agrárias Familiares», in Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación (org.), *Cambio Rural en Europa*. Madrid: Arkleton Research, 179-192.
- Passeron, J. C. 1989 «Biographies, flux, itinéraires, trajectoires», *Revue Française de Sociologie*, XXXI, 3-22.
- Peneff, J. 1988 «Le mythe dans l'histoire de vie», *Sociétés — Revue des Sciences Humaines et Sociales*, 18, 8-14.
- Phillips, H. P. 1973 «Comment to D. G. Mandelbaum — *The Study of Life History: Gandhi*», *Current Anthropology*, 14, 3, 200-201.
- Pollack, M. 1986 «La gestion de l'indicible», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/63, 30-53.
- Popper, K. R. 1987 *O Realismo e o Objectivo da Ciência*. Lisboa: D. Quixote.
- Radcliffe, S. A. 1986 «Gender Relations, Peasant Livelihood Strategies and Migration: A Case Study from Cuzco, Perú», *Bulletin of Latin American Research*, 5, 2, 29-47.
- Ribeiro, M. 1992 «Estratégias de Reprodução Sócio-Económica das Unidades Familiares Camponesas em Regiões de Montanha (Barroso, 1950-1990)». *Um Estudo de Sociologia em que as Mulheres também Contam*. Tese de Doutoramento, UTAD, Vila Real, 1993.
- Runyan, W. M. 1986 «Life Histories in Anthropology: Another View», *American Anthropologist*, 88, 181-183.
- Saraceno, C. 1987 «The Time Structure of Biographies», *Biography and Society Newsletter*, 9, 19-27.
- Simeoni, D. 1988 «Du récit de vie comme mise en scène du discours», *Sociétés — Revue des Sciences Humaines et Sociales*, 18, 31-33.

- Stubbs, J. 1984 «Some Thoughts on the Life Story Method in Labour History and Research on Rural Women», *IDS Bulletin*, 15, 1, 34-37.
- Thompson, P. 1980 «Des récits de vie a l'analyse du changement social», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 69, 249-268.
- Tonkin, E. 1986 «Investigating Oral Tradition», *Journal of African History*, 27, 203-213.
- Watson, L. C. 1989 «The Question of *Individuality* in Life History Interpretation», *Ethos*, 17, 3, 308-325.
- Wolf, D. L. 1990 «Daughters, Decisions and Domination: An Empirical and Conceptual Critique of Household Strategies», *Development and Change*, 21, 1, 43-74.
- Ziolkowski, M.;
L. Wlodarek 1987 «Biographical Method in Sociology. Variety of Uses and Approaches (Conference Report)», *Biography and Society Newsletter*. 8. 32-36.